

REPRESENTATIVIDADE REPRESADA: GÊNERO E RAÇA NAS NOTÍCIAS INSTITUCIONAIS DE UMA CÂMARA MUNICIPAL

REPRESSED REPRESENTATIVENESS: GENDER AND RACE IN THE INSTITUTIONAL NEWS OF A CITY COUNCIL

Ângelo Brandelli Costa¹

Laura dos Santos Boeira²

Leonardo Mello Garcia dos Santos³

Luísa Chaves de Faria Brasil⁴

Alice Adams Bohrer⁵

Resumo: Este artigo visa categorizar como os tópicos de gênero e raça foram reportados pela Sala de Imprensa da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS entre 2021 e 2022. Realizou-se uma análise temática com notícias proxy do debate institucional do Legislativo municipal. Quanto ao gênero surgiram os dois temas de maior destaque foram: Políticas públicas e direitos das mulheres; e Representatividade política, social e cultural de mulheres. Em raça, os principais temas foram: Representatividade política e social negra; e Políticas de promoção de igualdade racial. A despeito da maior representatividade de gênero e raça entre parlamentares, verificou-se baixa produção de conteúdos e proposições legislativa sobre esses temas.

Palavras-chave: Políticas Sociais; Políticas Públicas; Poder Legislativo; Equidade.

Abstract: This article aims to categorize how gender and race topics were reported by the Porto Alegre City Council Press Room between 2021 and 2022. A thematic analysis was carried out with news that served as proxy for the institutional debate of the municipal Legislative branch. For gender, the two main themes were: public policies and women's rights; and political, social and cultural representation of women. For race, the main themes were: Black political and social representation; and policies to promote racial equity. Despite of a larger representativeness of gender and race among parliamentarians, we verified a low production of content and law proposals about these topics.

Keywords: Social politics; Public policies; Legislative branch; Equity.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutor em Psicologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; E-mail: angelo.costa@pucrs.br; ORCID: 0000-0002-0742-8152.

2 Doutoranda em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Diretora Executiva do Instituto Veredas; E-mail: laura@veredas.org; ORCID: 0000-0001-8450-0907.

3 Mestrando em Sociologia e Ciência Política - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; E-mail: leonardo.santos@edu.pucrs.br; ORCID: 0000-0001-9858-2878.

4 Mestranda em Sociologia e Ciência Política - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; E-mail: luiza.chaves.brasil@gmail.com; ORCID: 0000-0002-2262-1604.

5 Bacharel em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; E-mail: aliceadamsbohrer@gmail.com; ORCID: 0009-0005-5020-6503.

Introdução

Em um Estado Democrático, políticas sociais visam a qualidade de vida de todos seus cidadãos e a inserção social desses. Todavia, a incorporação das dimensões de gênero e raça no desenvolvimento de políticas sociais constitui desafio em países tão diversos como o Brasil. São complexas as intersecções dessas dimensões com os diferentes níveis socioeconômicos, territórios e outros marcadores sociais que permeiam a experiência de cidadania.

O conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw, foi apresentado no ano de 1989 (Stelzer; Kyrillos, 2021), mas ganhou notoriedade após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, na África do Sul, em 2001 (Akotirene, 2019). Interseccionalidade é o termo que reflete a sobreposição das dimensões de gênero, raça e classe, tornando visíveis preconceitos e barreiras estruturais que classificam sujeitos (Stelzer; Kyrillos, 2021; Akotirene, 2019). O conceito se debruça, em especial, sob as relações de opressão que se manifestam no racismo, no machismo e na sociedade de classes, interagindo de forma indissociável nas microrrelações e na macropolítica (Akotirene, 2019). A arena das políticas públicas constitui um dos espaços onde a interseccionalidade se manifesta, com especial destaque para a sub-representação política de mulheres, pessoas LGBTQIA+ e pessoas negras e indígenas.

Para explorar a intersecção desses conceitos, foi realizada revisão de estudos que versam sobre representação política e sua relação com os marcadores de raça e gênero. A seguir, buscou-se explorar um exemplo prático, por meio da análise temática de notícias institucionais da Câmara Municipal de Porto Alegre a fim de responder à questão “De que forma tópicos de raça e gênero são reportados pela mídia institucional do Legislativo municipal de Porto Alegre/RS?”. Objetivamos categorizar como os tópicos de gênero e raça foram reportados pela Sala de Imprensa da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS, entre 2021 e 2022, na vigência da atual legislatura.

Este artigo faz parte de uma pesquisa ampliada sobre equidade no legislativo e, na primeira etapa, optou-se pela análise das notícias institucionais como um proxy da atuação legislativa municipal, ao passo que reportam um panorama da câmara e apresentam excertos de projetos de lei e posições e oposições de vereadores e vereadoras, o que promove uma leitura mais dinâmica dos discursos do que a análise da proposta legislativa por si só.

1. Conceitos de gênero e raça em diálogo com o campo de estudos em representação política e com o contexto legislativo brasileiro

Ao revisar a literatura sobre representação política orientada pelos marcadores de raça e gênero, cabe ressaltar que não parece haver garantias de que uma maior representatividade feminina e/ou negra no Legislativo favoreça proposições em prol desses grupos, ainda que existam tendências nesse sentido (Trindade, 2022). Phillips (2001) recomenda cautela sobre uma ideia de “autenticidade pura”, visto que cada mulher e cada pessoa negra pode invocar diferentes identidades e escolher qual defender politicamente. No âmbito nacional, por exemplo, a iniciativa Elas no Congresso (AZ MINA, s.d.) analisou projetos de lei da câmara e do senado voltados à pauta de gênero, identificando que, de 887 projetos da câmara, 204 eram desfavoráveis aos direitos das mulheres. Além disso, a maioria dos projetos considerados favoráveis foi classificada como de pouca relevância (por exemplo, datas comemorativas). Na avaliação por performance de deputados e deputadas federais, apenas 73 pessoas foram avaliadas com nota acima de 50 em relação a suas proposições e posicionamentos quanto às pautas de gênero.

Ao considerar a legislatura até o ano de 2022, apesar de representarem 15% das cadeiras no Congresso Nacional, as mulheres tiveram 34,4% das atuações desfavoráveis aos direitos femininos (Belin, 2022). Borges (2018) registrou, ainda, um uso das demandas dos movimentos feministas em favor do endurecimento penal pelo poder legislativo, com projetos de Lei que mais criminalizam comportamentos do que protegem mulheres. Há, ainda, uma diferença no sucesso de aprovação de projetos: em 2020, homens parlamentares aprovaram 1,3 vezes mais projetos do que mulheres, enquanto em 2021 a taxa foi duas vezes maior para homens (Luz; Gehrson, 2022).

No que tange à raça, no Congresso Nacional, a média de proposições legislativas de iniciativa de pessoas brancas foi de 20,2 enquanto a de proposições apresentadas por pessoas negras foi de 15,7 entre 2019 e 2021 (Feres Júnior; Gershon; Meireles, 2021). Também é observada menor celeridade na tramitação da agenda de parlamentares autodeclarados negros. No entanto, o recorte temático das propostas legislativas apresentadas por autodeclarados negros não difere substantivamente daquele observado entre parlamentares brancos (Feres Júnior; Gershon; Meireles, 2021).

Alguns países, como Nova Zelândia, China, Vietnã e Índia, possuem cotas voltadas à representatividade de gênero e étnico-racial nos espaços formais da política (Tan; Preece, 2021). Desde 1996, o Brasil adota políticas de representatividade de gênero no âmbito parlamentar. Tais políticas propõem a presença e o reconhecimento de mulheres na política brasileira, no entanto,

o resultado imediato parece estar mais relacionado com um sutil aumento da presença de mulheres nas assembleias e câmaras do que em mudanças ideológicas em prol dos direitos das mulheres (Araújo, 2001).

Em 2009, foi publicada uma minirreforma eleitoral estabelecendo, entre outras alterações, que cada partido ou coligação preenchesse o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo (Brasil, 2009). Já em 2013, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) passa a poder requisitar até dez minutos diários para realizar propaganda eleitoral, em rádio e televisão, visando o incentivo à igualdade de gênero e à participação feminina (BRASIL, 2013). A Lei nº 13.165, de 2015, determinou que as legendas utilizassem 20% do seu tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV para incentivar a participação feminina na política e tornou obrigatórias campanhas do TSE para estimular a candidatura de mulheres (Brasil, 2015).

No entanto, o âmago das políticas de representatividade de gênero brasileiras ainda está focado mais nas candidaturas e não nos resultados eleitorais efetivos. A participação das mulheres na política do Brasil cresce, porém, paulatinamente (Araújo, 2001; Macedo, 2014). Segundo o Portal da Câmara dos Deputados (Haje, 2020), ocorreu um aumento de 2,5% de vereadoras eleitas de 2016 para 2020, ainda que um número ínfimo, visto que mulheres compõem mais da metade da população brasileira em plenos poderes de voto. Dentre as capitais, Porto Alegre (RS) teve a maior representatividade feminina na Câmara dos Vereadores. A eleição de 2020 destaca-se pelos 30% dos fundos eleitoral e partidário e 30% do tempo de propaganda usados pelas candidatas, em concordância com a definição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Políticas de incentivo a candidatos não-brancos eram inexistentes até o ano de 2021, ano em que entra em vigor a Emenda Constitucional nº 111, que normatiza o fundo eleitoral e tempo de propaganda política visando um aumento de candidatos negros eleitos (Brasil, 2021). A emenda prevê que a distribuição do fundo eleitoral seja proporcional a candidatos negros, e que os votos às candidaturas negras devem valer em dobro para o tempo de propaganda do partido no rádio ou na TV. No quesito racial, é possível observar um aumento de candidatos autodeclarados pretos ou pardos, que não acompanha seu concomitante baixo nível de elegibilidade. De 2016 para 2020, o número de candidatos autodeclarados pretos e pardos passou, respectivamente, de 8,9% e 39,6% a 10,9% e 39,7%. Dentro do grupo racial, as variáveis que mais influenciaram o sucesso eleitoral dos candidatos neste período foram a receita de campanha e a classe social de origem. Apesar disso, pretos e pardos permanecem ocupando menos cargos no legislativo,

com uma diferença de 10 por cento em relação a legisladores brancos (Neto, 2022). Araújo (2001) e Macedo (2014) sugerem leitura crítica e, consequente, reorganização das cotas femininas a fim de promover maior participação parlamentar das mulheres, e não somente de candidaturas. Pode-se pensar na criação de cotas afirmativas voltadas à população negra de modo similar.

Ao olhar para o nível municipal, a Câmara Municipal de Porto Alegre é composta por 36 vereadores e, na legislatura que estava em atuação até outubro de 2022, eram 11 representantes do sexo feminino e 25 do sexo masculino, com 83.3% sendo pessoas brancas, a despeito de registrar a maior bancada negra, com 5 representantes. A oposição concentrava a maior representatividade proporcional de mulheres e pessoas negras, sendo composta por 10 vereadores e vereadoras.

A câmara possuía, até outubro de 2022, seis comissões permanentes, as quais são responsáveis por analisar o mérito das proposições legislativas, nenhuma das quais com foco específico na promoção de proposições legislativas voltadas à igualdade racial e de gênero. Entre 2017 e 2021, a câmara submeteu 2.031 projetos de lei do legislativo, 14 com menção ao termo “gênero” e 08 com menção ao termo “raça”. Há baixo nível de detalhamento sobre o foco e a atuação das comissões, e a maior fonte de informações sobre a atuação parlamentar é a assessoria de imprensa do órgão.

2. Gênero e raça nas notícias da Sala de Imprensa da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS

Abaixo serão apresentados os resultados da análise temática (Braun e Clarke, 2006) das notícias da Sala de Imprensa da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS⁶ sobre os temas de gênero e raça. Esta é uma pesquisa qualitativa que envolve a familiarização, a codificação e o agrupamento de um corpo de dados qualitativos, identificando padrões, repetições e significados. Para identificação de palavras-chave que representariam as dimensões de gênero e de raça nas buscas no repositório, foram realizadas duas consultas: a) chuva de ideias com a equipe de pesquisa para identificação das palavras mais comuns; b) formulário aberto enviado por conveniência para colegas pesquisadores e pesquisadoras, perguntando quais palavras eram associadas à gênero/sexo e à raça/etnia/cultura/linguagem. Foram recebidas 18 contribuições no formulário, com 113 sugestões de palavras para a dimensão

⁶ Disponível em: <<https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/institucionais>>.

de gênero e 121 sugestões de palavras para a dimensão de raça (foram incluídas como palavras-chave as que receberam mais de 03 menções).

As notícias foram filtradas com a data de início do último mandato (1º de janeiro de 2021) até o dia da busca (31 de maio de 2022), inserindo no buscador, para a temática de gênero, as palavras “gênero”, “sexo”, “LGBT”, “homofobia”, “não-binário”, “travesti”, “transexual”, “transgênero”, “cisgênero”, “bissexual”, “queer”, “assexual” “lésbica”, “gay”, “feminino”, “feminismo”, “machismo”, “masculinidade”, “homossexual” e “heterossexual”. Já para a temática de raça, as palavras inseridas no buscador foram “raça”, “negra”, “racial”, “branca”, “parda”, “indígena” e “racismo”.

A análise temática foi realizada com o software de assistência à codificação NVivo (versão disponibilizada em março de 2020). Inicialmente, ocorreu a leitura completa das notícias e seleção daquelas com as temáticas de gênero e/ou raça como centrais, ou seja, como enfoque da publicação, para familiarização com os dados e anotações de ideias. As notícias centrais foram analisadas em um mesmo arquivo, portanto não sucederam codificações, nem análises entre arquivos de notícias. Individualmente, as duplas de pesquisadores fizeram a codificação inicial, somente uma por notícia, com exceção das Sessões Ordinárias e Extraordinárias em que era possível mais de um código, visto os tópicos distintos abordados pelos parlamentares. Os códigos iniciais foram agrupados em potenciais temas, seguindo a abordagem de Braun e Clarke (2006), os quais foram revisados, definidos e nomeados junto a um terceiro autor. Devido ao grande número de dados analisados, os autores optaram por desenvolver subtemas para facilitar a visualização dos resultados. Os resultados da análise foram dispostos em formatos de tabela no presente artigo.

No período pesquisado, a Sala de Imprensa da Câmara Municipal de Porto Alegre produziu 1.623 notícias institucionais. Para a temática de gênero, foram identificadas 111 notícias ao todo, sendo 39 (2,4% do total de notícias da Sala de Imprensa) com os conteúdos de gênero representando centralidade. Para a temática de raça, foram identificadas 149 notícias, sendo 61 (3,7% do total de notícias da Sala de Imprensa) com centralidade nos conteúdos raciais.

Na análise de gênero, “Políticas públicas e direitos das mulheres” foi o tema com mais ocorrências ($n = 13$), seguido por “Representatividade política, social e cultural de mulheres” ($n = 8$) e por “Políticas públicas e direitos LGBTQIA+” ($n = 5$) e “Violência contra parlamentares mulheres e LGBTQIA+” ($n = 5$). Violência contra mulheres, contra LGBTQIA+ e políticas voltadas aos homens tiveram menor destaque.

Na análise de raça, o tema com mais ocorrências foi o de “Representatividade política e social negra” (n = 19), seguido por “Políticas de promoção de igualdade racial” (n = 16), “Espaços étnico-raciais quilombolas e indígenas” (n = 11) e “Racismo estrutural e outras violências contra pessoas negras e indígenas” (n = 10). A categoria com menos ocorrências foi a de “Ameaças contra parlamentares negros/as” (n = 5).

Embora as fronteiras entre esquerda, centro e direita na política brasileira estejam em constante negociação, observa-se que, para as notícias relacionadas à temática de gênero, há participação superior de parlamentares vinculados a partidos considerados de esquerda. Todavia, parlamentares vinculados a partidos de centro e direita também produzem conteúdos, em especial relacionados aos direitos das mulheres, como saúde menstrual e inclusão no mercado de trabalho. Já no tópico de raça, a maioria expressiva dos conteúdos foi produzida por parlamentares vinculados à esquerda, com atuação mais tímida de parlamentares vinculados a partidos de centro e direita.

Quadro 1: Temas de gênero nas notícias da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS

Temas	Subtemas	Parlamentares que produziram conteúdo sobre o tema	Excertos
Políticas públicas e direitos das mulheres (n = 13)	Subtema 1 - Órgãos e organizações de defesa de direitos das mulheres Subtema 2 - Projetos de Lei voltados aos direitos das mulheres	Daiana Santos (PCdoB); Leonel Radde (PT); Aldacir Olíboni (PT); Cláudia Araújo (PSD); Bruna Rodrigues (PCdoB); Karen Santos (PSOL); Laura Sito (PT); Matheus Gomes (PSOL); Lourdes Sprenger (MDB); Márcio Bins Ely (PDT); Kaká D'Avila (PSDB); Alvoni Medina (Republicanos); Mônica Leal (PP) e Reginete Bispo (PT).	<p>Subtema 1</p> <p>* “A vereadora falou da importância social da Themis em defender os direitos fundamentais das mulheres e falou de sua confiança na organização, que propõe ações efetivas em um Estado que tradicionalmente negligencia os direitos das mulheres. Daiana também aproveitou a homenagem para propor a volta de uma secretaria de políticas públicas para as mulheres, órgão que considera essencial e que há quase oito anos não se tem na cidade.”</p> <p>* “Na oportunidade, a procuradora especial da Mulher na Câmara, vereadora Lourdes Sprenger (MDB), destacou que a Procuradoria existe desde 2015 com a missão principal de zelar pelos direitos das mulheres. Ao lembrar que o Conselho Político tem a finalidade de formular e propor diretrizes de ação parlamentar voltadas à promoção dos direitos das mulheres, no seu empoderamento e participação política, a procuradora especial ressaltou que a responsabilidade é lutar por novas conquistas, redução da violência e pela igualdade de gênero.”</p> <p>Subtema 2</p> <p>* “A Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou, por 27 votos favoráveis, cinco votos contrários e uma abstenção, o projeto de lei nº 069/21, de autoria do vereador Leonel Radde (PT), com emenda assinada pela vereadora Cláudia Araújo (PSD) e pelo próprio Radde, que cria a Estratégia de Promoção da Saúde Menstrual no Município. A iniciativa tem por objetivo disponibilizar na rede pública municipal insumos para higiene menstrual. Poderão ser beneficiárias da Estratégia de Promoção da Saúde Menstrual todas as pessoas que menstruam, desde que cumpridos os critérios estabelecidos no Decreto 6.135/07, e mediante cadastro ativo no CadÚnico.”</p> <p>* “Tramita na Câmara Municipal de Porto Alegre o projeto de lei 146/21 que institui a Campanha Permanente de Conscientização e Enfrentamento do Assédio e da Violência Sexual contra Mulheres no Município de Porto Alegre. A iniciativa é de autoria das vereadoras Bruna Rodrigues (PCdoB), Daiana Santos (PCdoB), Laura Sito (PT) e Karen Santos (PSOL) e do vereador Matheus Gomes (PSOL).”</p> <p>* “A Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou, na manhã desta terça-feira (21/12), projeto de lei que propõe a instituição do Selo Empresa Amiga da Mulher. A iniciativa da vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB) visa prestigiar as empresas que se preocupam em promover a igualdade de gênero no ambiente de trabalho.”</p> <p>* “A Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou nesta quarta-feira (11/8), por votação simbólica, o Projeto de Lei do Legislativo nº 0287/19, que disciplina o uso do mobiliário urbano e veículos publicitários no Município, proibindo a colocação ou a fixação de veículos de divulgação que estimulem a misoginia, o estupro e a violência sexual, física, moral ou social contra a mulher.”</p>

Temas	Subtemas	Parlamentares que produziram conteúdo sobre o tema	Excertos
Representatividade política, social e cultural de mulheres (n = 8)	Subtema 1 - Representação de mulheres na Câmara Subtema 2 - Homenagens e mostras artísticas sobre mulheres	Bruna Rodrigues (PCdoB); Lourdes Sprenger (MDB); Mari Pimentel (NOVO); Daiana Santos (PCdoB); Karen Santos (PSOL); Laura Sito (PT); Fran Rodrigues (PSOL); Pablo Melo (MDB); Márcio Bins Ely (PDT) e Idenir Cecchim (MDB).	Subtema 1 * “A abertura foi feita por Idenir Cecchim (MDB), presidente do Legislativo, que reafirmou a importância de presidir a Casa com a maior bancada feminina na história da Câmara Municipal. * “As vereadoras discursaram sobre a importância da representatividade das mulheres na Casa e a necessidade de aumentar o número de mulheres na Câmara para implementar políticas públicas que sirvam aos interesses da população. * “Bins Ely destacou a presença feminina na Câmara. ‘A atual Legislatura é composta de 11 vereadoras, sendo que três mulheres fazem parte da Mesa Diretora da Casa [...]’ Subtema 2 * “Foi inaugurada hoje (23/3) no saguão térreo da Câmara Municipal de Porto Alegre a exposição em homenagem ao mês das mulheres intitulada “Quase dois séculos de luta”, que destaca mulheres que se sobressaíram na busca por direitos e emancipação feminina. A mostra reúne bonecas feitas com material reciclado representando mulheres como Maria da Penha, Malala Yousafzai e Carolina de Jesus.” * “PLL N° 083/21 - de autoria da vereadora Daiana Santos (PCdoB) e outros, inclui a efeméride Dia de Tereza de Benguela no anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – calendário de datas comemorativas e de conscientização do município de Porto Alegre –, no dia 25 de julho.”
Políticas públicas e direitos LGBTQIA+ (n = 5)	Subtema 1 - Projetos de Lei e requerimentos em prol dos direitos LGBTQIA+	Laura Sito (PT); Leonel Radde (PT); Daiana Santos (PCdoB) e Cláudia Araújo (PSD).	Subtema 1 * “PLL N° 32/21 – Projeto de Lei de autoria da vereadora Laura Sito (PT) que institui a Política Municipal de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Pessoas com Identidade de Gênero Não-Binária (LGBTI+) no Município de Porto Alegre.es e LGBTQIA” * “Tramita na Câmara Municipal de Porto Alegre o projeto de lei nº 281/21 que cria o Programa de Cadastro e Apoio a Casas de Acolhimento à População LGBTQIAP+. A iniciativa, de autoria da vereadora Cláudia Araújo (PSD), visa possibilitar a visibilidade e o fomento das instituições que especifica, por meio de seu cadastramento e divulgação, bem como informar a comunidade sobre os locais nos quais é possível buscar auxílio.” * “A Câmara Municipal de Porto Alegre homenageou nesta segunda-feira (11/10), durante o período de Comunicações, o Coletivo pela Educação Popular TransEnem. O requerimento foi proposto pela vereadora Laura Sito (PT). O Transenem POA oferece desde 2016, de forma gratuita, curso preparatório para Encceja, Enem e pré-vestibular para a população LGBTQIA+. O Coletivo é composto inteiramente por voluntários e sem fins lucrativos.” * “A Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou, na manhã desta terça-feira (21/12), indicação ao Governo Municipal, de autoria dos vereadores Leonel Radde (PT) e Daiana Santos (PCdoB), para implementação, por meio de projeto de lei do Executivo, do Programa Transcidadania em Porto Alegre. O programa se destina a promover os direitos humanos, a autonomia financeira, a elevação de escolaridade, a qualificação profissional e a preparação para o mercado de trabalho das travestis, de mulheres e homens transexuais e das pessoas não binárias em situação de vulnerabilidade social, bem como a humanização dos serviços públicos prestados pelo município a essas pessoas.”

Temas	Subtemas	Parlamentares que produziram conteúdo sobre o tema	Excertos
Violência contra parlamentares mulheres e LGBTQIA+ (n = 5)	Subtema 1 - Assassinato da vereadora Marielle Franco Subtema 2 - Violência contra parlamentares mulheres por colegas e pela população Subtema 3 - Ataques cibernéticos contra parlamentares LGBTQIA+	Pedro Ruas (PSOL); Karen Santos (PSOL); Mariana Pimentel (Novo); Felipe Camozzato (Novo); Mônica Leal (PP); Cláudia Araújo (PSD); Bruna Rodrigues (PCdoB); Daiana Santos (PCdoB); Lourdes Sprenger (MDB); Matheus Gomes (PSOL); Natasha Ferreira (PSOL); Laura Sito (PT) e Roberto Robaina (PSOL).	<p>Subtema 1</p> <ul style="list-style-type: none"> * “Natasha Ferreira (PSOL) falou do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, quatro anos atrás, da ligação miliciana com a política e cobrou investigação dos crimes políticos contra defensores dos direitos humanos” * “Laura Sito (PT) reembrou o caso Marielle Franco e a relacionou com a luta da bancada negra da Câmara de Porto Alegre.” <p>Subtema 2</p> <ul style="list-style-type: none"> * “Pedro Ruas (PSOL) retomou episódio ocorrido na noite de quarta-feira (14/7), quando o vereador Felipe Camozzato (Novo) referiu-se à vereadora Mônica Leal (PP) como histérica” * “Cláudia Araújo (PSD) ainda citou as falas das vereadoras Mônica Leal (PP) e Mariana Pimentel (Novo) sobre manifestações machistas no Legislativo” * “Bruna Rodrigues (PCdoB) [...] falou da violência política de gênero e do caso ocorrido com ela mesma na Câmara de Porto Alegre.” * “Conforme os autores, a violência que [a ex-deputada] Manuela sofre e que sua filha, uma menina de 5 anos de idade, está enfrentando diz respeito a “todas mulheres que ousam estar nos espaços de poder”. E concluem: “Tentam calar as mulheres na política, decretar sua morte simbólica, mas estamos atentos e juntos. Não seremos silenciados! A política não deve ser criminalizada, lugar de mulher é em todos os lugares.” <p>Subtema 3</p> <ul style="list-style-type: none"> * “Daiana Santos (PCdoB) falou da ameaça sofrida. Leu trecho do e-mail que considerou covarde e duro: “comunista, negra e sapatão; uma desgraça tripla e só por isso merece morrer”. Colocando a bandeira com as cores LGBTQIA+ na tribuna enquanto se manifestava, Daiana ressaltou que tem orgulho da sua condição, que nunca se escondeu e não se acovardará diante desse tipo de violência.” * “Laura Sito (PT) cobrou a amplificação da luta contra a ameaça feita à bancada negra de Porto Alegre. Ressaltou que a agressão recebida por e-mail, que também atinge ao conjunto da Casa, é típica da violência política crescente no país. Citou casos semelhantes que ocorreram em outros estados brasileiros, especialmente com parlamentares negros e LGBTs, mas lembrou que ameaças também se direcionaram a políticos de outros espectros ideológicos, o que demonstra uma prática nefasta e organizada de terrorismo cibernetico, já comum em todo o território nacional.”

Temas	Subtemas	Parlamentares que produziram conteúdo sobre o tema	Excertos
Violência contra mulheres (n = 4)	Subtema 1 - Violência estrutural da sociedade contra mulheres (machismo, sexism, misoginia e patriarcado) Subtema 2 - Rede de combate à violência doméstica sofrida por mulheres	Cláudia Araújo (PSD); Fernanda Barth (PRTB); Comandante Nádia (DEM); Mari Pimentel (Novo); Daiana Santos (PCdoB); Mônica Leal (PP); Karen Santos (PSOL); Lourdes Sprenger (MDB) e Alexandre Bobadra (PSL).	<p>Subtema 1</p> <p>* “Daiana Santos (PCdoB) falou sobre violência de gênero e criticou o silenciamento de mulheres negras e indígenas.”</p> <p>* “A postura do médico, que foi preso preventivamente por suspeita de abuso contra várias pacientes, “é mais um absurdo que ocorre com as mulheres, que não podem se sentir seguras em nenhum lugar pois há sempre alguém que se acha no direito de violar seus corpos, em ambientes de trabalho, nas ruas, nas suas casas, nos veículos de transporte e nas salas de cirurgias”. “Na medida em que nós, mulheres, não estamos seguras em nenhum lugar, devemos reforçar o papel da Câmara Municipal de Porto Alegre se colocando ao lado da população e dar protagonismo para que as mulheres busquem seus direitos e tenham força para enfrentar as lutas diárias”, afirmam as vereadoras, colocando a bancada feminina da Câmara ao lado de todas as mulheres para que esses atos de violência não fiquem impunes.”</p> <p>Subtema 2</p> <p>* “A Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança (Cedecondh) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizará reunião, na próxima terça-feira (21/9), a partir das 14h, para tratar do acolhimento e abrigo para mulheres em situação de violência.”</p> <p>* “Jeiselaure falou que os atendimentos podem ser online ou presencial na Delegacia da Mulher, com serviço de plantão que funciona 24 horas diárias, e que é preciso construir uma rede de proteção de combate à violência doméstica.”</p>
Políticas voltadas aos homens (n = 2)	Subtema 1 - Campanha Novembro Azul Subtema 2 - Tabus, preconceito e desinformação são os principais obstáculos para diagnóstico do câncer de próstata	Cláudia Araújo (PSD); Jessé Sangalli (Cidadania); Psicóloga Tanise Sabino (PTB) e Aldacir Oliboni (PT).	<p>Subtema 1</p> <p>* “A política de saúde do homem, na Secretaria Municipal de Saúde (SMS), tem trabalhado na conscientização sobre a saúde integral do homem.”.</p> <p>* Não há prevenção para a doença e que o diagnóstico precoce é a única forma de tratar efetivamente e aumentar as taxas de cura.”</p> <p>Subtema 2</p> <p>* “É importante combater o preconceito que envolve o exame, desfazendo tabus para salvar vidas”</p> <p>* “Sobre o exame de toque, disse que a falsa crença de abalo da masculinidade e a vergonha levam homens a não realizarem o procedimento”</p> <p>* “Os homens, de maneira geral, têm essa dificuldade comportamental [em relação a exames preventivos]”.</p>

Temas	Subtemas	Parlamentares que produziram conteúdo sobre o tema	Excertos
Violência contra LGBTQIA+ (n = 2)	Subtema 1 - Violência contra LGBTQIA+ no Brasil Subtema 2 - “Ideologia de gênero”	Giovani e Coletivo (PCdoB); Natasha Ferreira (PSOL); Claudia Araujo (PSD); Moisés Barboza (PSDB); Comandante Nádia (DEM); Hamilton Sossmeier (PTB); Andrea da Matta (SD); Laura Sito (PT) e Daiana Santos (PCdoB).	<p>Subtema 1</p> <p>* “Giovani e Coletivo (PCdoB), chegar à Câmara e ocupar a tribuna no Dia do Orgulho Gay significa muitas coisas, “inclusive vitórias pessoais e coletivas que construímos”. “Nós crescemos convivendo com o medo da rejeição, da exclusão, da violência”, afirmou. Destacando que o Brasil concentra a metade dos assassinatos de LGBTs do planeta, disse acreditar ser possível construir uma sociedade com educação emancipatória, com respeito à diversidade.”</p> <p>* “Natasha aponta que “não é fácil para uma mulher travesti no Brasil, que tem uma expectativa de vida de 35 anos, chegar numa casa legislativa”. Frisa ainda que também não são fáceis “os percalços de ter a escola muitas vezes fechada, o posto de saúde que não nos respeita, mercado de trabalho que não entende que nós temos os mesmos direitos de emprego, renda e cidadania”.</p> <p>Subtema 2</p> <p>* Comandante Nádia (DEM) criticou publicidade do Burger King, que estaria usando crianças em comerciais pregando a “ideologia de gênero” e desrespeitando as famílias.</p> <p>* “Natasha Ferreira (PSOL) [...] citando a ideologia de gênero, frisa que “a ideologia está naqueles que dizem que azul é de menino, que tentam doutrinar nossos corpos e ideias.”</p>

Fonte: elaboração própria, 2023.

Quadro 2: Temas de raça nas notícias da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS

Temas	Subtemas	Parlamentares que produziram conteúdo sobre o tema	Excertos
Representatividade política e social negra (n = 22)	Subtema 1 - Parlamentares diversos em termos de gênero e raça Subtema 2 - Datas comemorativas e homenagens a personalidades e organizações relacionadas com a causa racial Subtema 3 - Lideranças negras assumem vereança durante a Semana da Consciência	Karen Santos (PSOL); Bruna Rodrigues (PCdoB); Matheus Gomes (PSOL); Laura Sito (PT); Daiana Santos (PCdoB) e Alexandre Bobadra (PSL). Parlamentares suplentes que assumiram por tempo reduzido: Baba Diba de Yemonjá (PT); Alberto Terres (PT); Divina Diva da Restinga (SD); Reginete Bispo (PT); Pai Ricardo D’Oxum (PSDB); Sâmila Monteiro (Novo) e Fran Rodrigues (PSOL).	Subtema 1 * “Karen Santos (PSol) saudou a renovação da Câmara, destacou que nesta legislatura deverá ser feito o debate de gênero e de raça, e que os temas polêmicos devem ser enfrentados. “Somos 11 mulheres eleitas e 5 negros.”. Subtema 2 * “A Semana da Consciência Negra foi encerrada nesta segunda-feira (22/11), na Câmara Municipal de Porto Alegre, com uma homenagem realizada em plenário, durante o período destinado às Comunicações, à União de Negros pela Igualdade (Unegro).” * “Projeto de Lei do vereador Matheus Gomes (PSOL) que inclui o Dia Municipal de Luta Contra o Encarceramento da Juventude Negra no calendário de datas comemorativas e de conscientização do Município de Porto Alegre, no dia 20 de junho.” Subtema 3 * “Os vereadores Sâmila Monteiro (Novo), Baba Diba de Yemonja (PT), Alberto Terres (PT) e Divina Diva da Restinga assumiram o mandato parlamentar nesta quarta-feira (17/11) em razão do transcurso da Semana da Consciência Negra. Também Reginete Bispo (PT) e Pai Ricardo D’Oxum (PSDB), que já haviam assumido a vereança nesta legislatura, retornaram ao mandato neste período.”.

Temas	Subtemas	Parlamentares que produziram conteúdo sobre o tema	Excertos
Políticas de promoção de igualdade racial (n = 15)	Subtema 1 - Projetos de lei e políticas públicas para a promoção da igualdade racial Subtema 2 - Frentes Parlamentares voltadas à população negra e indígena Subtema 3 - Cotas raciais em concursos públicos	Leonel Radde (PT); Alexandre Bobadra (PSL e PL); Laura Sito (PT); Airto Feronato (PSB); Aldacir Oliboni (PT); Daiana Santos (PCdoB); Karen Santos (PSOL); Pedro Ruas (PSOL); Matheus Gomes (PSOL); Kaká D'avila (PSDB); Mônica Leal (PP); Alvoni Medina (Republicanos); Jonas Reis (PT) e Hamilton Sossmeier (PTB).	Subtema 1 * “A Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) realizará nesta terça-feira (23/11), às 14 horas, reunião virtual para discutir políticas públicas para a promoção da igualdade racial. Além da presença de integrantes da bancada negra da Câmara, foram convidados para o debate representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e do Conselho Municipal do Povo Negro.” * “O projeto visa a coibir a propagação de ideologias que exaltam a violência e a discriminação contra pessoas negras, indígenas, judeus, mulheres, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua”, explica Radde. * “Tramita, na Câmara Municipal de Porto Alegre, projeto de lei propondo que as escolas da rede municipal de ensino incluam em seus currículos a história afro-rio-grandense, afro-porto-alegrense e dos povos indígenas rio-grandenses. A proposta, de autoria do vereador Jonas Reis (PT), visa à reformulação curricular, com objetivo de reparação a esses povos, “cujas trajetórias e histórias foram excluídas, continuamente, dos livros e das salas de aula”. * “Aprovado projeto para fomentar empreendedorismo negro na Capital - A Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou hoje (18/5) projeto de lei que institui a Política Municipal de Fomento ao Empreendedorismo Negro no Município.” Subtema 2 * “Nesta terça-feira (9/11), ocorreu o ato de instalação da Frente Parlamentar do Afroempreendedorismo, na Câmara Municipal de Porto Alegre. A iniciativa [...] tem entre seus princípios o fomento e incentivo de afronegócios; a criação de um ambiente favorável para surgimento de novos afroempreendedores; promover um espaço de relação direta entre vereadores e o segmento; a valorização da importância econômica que a população negra tem para a Capital; além do respeito a esses diferentes segmentos dos negócios.” * “Frente Parlamentar de Apoio à População Indígena, proposta pelo vereador Hamilton Sossmeier” Subtema 3 * “A Câmara Municipal de Porto Alegre começou a debater projeto de lei que assegura às candidatas e aos candidatos indígenas a reserva de 2% das vagas oferecidas em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no Município.”

Temas	Subtemas	Parlamentares que produziram conteúdo sobre o tema	Excertos
Espaços etnoraciais quilombolas e indígenas (n = 11)	<p>Subtema 1 - Luta contra a remoção e os empreendimentos imobiliários / reconhecimento de territórios quilombolas</p> <p>Subtema 2 - Ocupação indígena de prédio da Prefeitura</p>	<p>Karen Santos (PSOL); Fran Rodrigues (PSOL); Laura Sito (PT); Bruna Rodrigues (PCdoB); Airto Feronato (PSB); Aldacir Oliboni (PT); Bancada do PSOL; Daiana Santos (PCdoB) e Cláudia Araújo (PSD).</p>	<p>Subtema 1</p> <p>* “Atlas da presença quilombola - O documento traça um panorama geográfico e histórico, desde a origem dos quilombos na Capital [...] Observa-se “o abismo entre as comunidades dos que se auto-reconhecem até o processo de titulação efetiva e o racismo estrutural”. [...] o mapeamento revela o enfrentamento das comunidades quilombolas para ter, de fato, a titulação da terra como reparação histórica e geográfica do território, como a base de viver, atrelada ao espaço”</p> <p>* “Vila Kédi/Caddie: moradores se declaram quilombolas e temem remoção - Localizada em área nobre e de alto custo aquisitivo, a Vila Kédi nasceu quando a região ainda era considerada periférica em relação à cidade. [...] Assim como a área passou a ser valorizada com o tempo, as famílias construíram suas histórias e consolidaram suas raízes, somando hoje mais de 800 pessoas. A partir de decisão judicial de 2014, a comunidade, autodeclarada quilombola, luta contra a possibilidade de ser removida para outro local.”</p> <p>* “Bruna Rodrigues (PCdoB) disse que “a cidade se desenvolve aos pedaços, a partir de grandes interesses”. Afirmou que o projeto sobre área da Fazenda do Arado desconsidera estudos de impacto social e ambiental na região sul do município, sem levar em conta que o desenvolvimento deve ser para toda a cidade. Afirmou que não houve discussão com a sociedade sobre a região do Arado e que, em outros locais da cidade, também foram desrespeitados indígenas, quilombolas e comunidades.”</p> <p>Subtema 2</p> <p>* “Karen Santos (PSOL) saudou a ocupação indígena em prédio da Prefeitura próximo ao túnel Conceição. Destacou também a busca dos estudantes indígenas da Ufrgs por uma casa do estudante para eles.”</p>

Temas	Subtemas	Parlamentares que produziram conteúdo sobre o tema	Excertos
Racismo estrutural e outras violências contra pessoas negras e indígenas (n = 11)	Subtema 1 - Estereótipos raciais em campanha da saúde da Prefeitura Subtema 2 - Impactos do racismo estrutural	Reginete Bispo (PT); Jessé Sangalli (Cidadania); Cláudio Janta (SD); Carla Ribeiro (PT); Laura Sito (PT); Bruna Rodrigues (PCdoB) e Matheus Gomes (PSOL).	<p>Subtema 1</p> <p>* “A discriminação fica evidenciada quando a peça utiliza o Sacy, de pele negra, como exemplo de vetor e transmissor da doença”. Salientou que a comunidade negra, que vive na periferia e tem acesso precário aos serviços públicos, é a mais atingida, pela fome e desemprego. Segundo a vereadora, a campanha reforça estereótipos raciais que devem ser combatidos e solicitou que a campanha seja retirada de circulação.”</p> <p>Subtema 2</p> <p>* “Bruna Rodrigues (PCdoB) [...] afirmou que os negros e negras sofrem no cotidiano, [...] destacou que há um racismo estrutural na sociedade, que muitos negros são perseguidos e que a juventude negra continua morrendo nas comunidades, como se tivessem as mesmas condições sociais.”</p> <p>* “A nossa capital é o local mais segregado territorialmente. Dos 94 bairros, os negros vivem em somente seis, que são os mais violentos. Isso é uma situação que tem que acabar.”</p>
Ameaças contra parlamentares negros/as (n = 10)	Subtema 1 - Ameaças de morte e ofensas de cunho racista e homofóbico a parlamentares Subtema 2 - Assassinato da vereadora Marielle Franco	Karen Santos (PSOL); Daiana Santos (PCdoB); Bruna Rodrigues (PCdoB); Matheus Gomes (PSOL); Laura Sito (PT); Pedro Ruas (PSOL); Idenir Cecchim (MDB); Márcio Bins Ely (PDT); Pedro Ruas (PSOL); Leonel Radde (PT); Cláudio Janta (SD); Pedro Ruas (PSOL) e Giovane Byl (PTB).	<p>Subtema 1</p> <p>* “Os vereadores da bancada negra fizeram registro de ocorrência na Delegacia de Repressão aos Crimes Informáticos e Defraudações do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) da Polícia Civil, nesta terça-feira (7/11) para que sejam apurados conteúdo e origem das mensagens com ameaças e ofensas enviadas por meio eletrônico.”</p> <p>* “O vereador Matheus Gomes entregou o ‘Relatório sobre violência política’, em que registra a tentativa de criminalização pelo exercício dos direitos políticos, episódios de racismo, injúria racial e ameaças contra a integridade física e a própria vida durante o exercício do mandato.”</p> <p>Subtema 2</p> <p>* “Matheus Gomes (PSOL) comemorou a condenação do ex-vereador Valter Nagelstein por racismo e relembrou o caso Marielle Franco”</p>

Fonte: elaboração própria, 2023.

3. Integrando a literatura sobre representatividade de gênero e raça na política com a análise das notícias

Dentre as notícias institucionais produzidas pela Sala de Imprensa da Câmara Municipal de Porto Alegre, entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de maio de 2022, somente 2,4% tinham centralidade na temática de gênero e 3,7% nos tópicos raciais. Embora as políticas públicas e os direitos das mulheres, e as políticas de promoção da igualdade racial, tenham destaque como temas, o número de ocorrências foi baixo e, objetivamente, se referiam a quatro políticas para mulheres, quatro políticas para a população LGBTQIA+ e três políticas para a população negra (Quadros 1 e 2). Assim, apesar da maior representatividade de mulheres e pessoas negras na Câmara, ainda os temas de raça e gênero aparecem de forma tímida.

Diversos parlamentares apresentaram discursos construídos com os temas de raça, gênero, sexualidade e classe em diálogo. No entanto, ao passo que a interseccionalidade faz-se presente nos discursos, o tema não parece se traduzir em um aumento de proposições políticas efetivas, indicando limitadas mudanças ideológicas na luta por direitos, apesar da maior diversidade de representação (Araújo, 2001). Conforme dados do Mapa da Desigualdade entre as Capitais Brasileiras (Programa Cidades Sustentáveis, 2020), a população porto-alegrense tem demandas reais quanto à mortalidade materna de mulheres negras, ao rendimento médio de negros inferior à média da população, aos anos de estudo da população negra e à alta taxa de homicídios de mulheres. Já as notícias institucionais da câmara demonstram um enfoque temático de políticas sobre a inclusão de mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+ no mercado de trabalho, unindo identidade e classe socioeconômica. Destaca-se, como política que integra de forma mais abrangente a interseccionalidade, a Estratégia de Promoção da Saúde Menstrual, que explicita vulnerabilidades oriundas das condições de gênero, raça e classe social, propondo ações de mitigação explícitas.

As dissonâncias encontradas entre demandas da população e propostas legislativas, assim como, o baixo número de proposições com os recortes de raça e gênero podem ser explicadas por alguns fatores. Por exemplo, oposições fortes dentro da Câmara Municipal, como as realizadas por vereadores adeptos da luta contra “ideologia de gênero” dificultam proposições legislativas voltadas à população LGBTQIA+. Além disso, o capital político dos proponentes de projetos de lei não pode ser subestimado na análise de quais proposições são colocadas para votação. É necessário reconhecer que a maioria esmagadora de homens brancos em posição de tomada de decisão no Brasil não será revertida apenas com a ocupação de cargos por pessoas

com diversidade de gênero e raça, mas a partir de enfrentamentos mais amplos no modelo do legislativo nacional.

Analisando a produção da Câmara Federal entre 1987 e 2022, verifica-se que deputadas mulheres propõem e aprovam mais projetos relacionados aos direitos das mulheres se comparadas aos deputados homens, mas em índices muito baixos se comparados ao montante de produção legislativa sobre outros temas (Franco et al., 2023). Carvalho Jr. e De Ângelo (2018), ao analisarem a atuação de mulheres e pessoas negras nas Assembleias Legislativas dos Estados do Espírito Santo, Bahia e Paraná (Legislatura de 2015 a 2019), encontraram que essas parlamentares tinham produção legislativa mais comprometida com a promoção da democracia de gênero e raça, ainda que encontrassem barreiras. Encontram, ainda, que parlamentares de esquerda parecem mais comprometidos com as pautas de gênero e raça, de forma similar ao que observamos nesse estudo.

No entanto, dado a lacuna de pesquisas que analisam como raça e gênero permeiam o conteúdo dos discursos e a produção legislativa, dialogamos principalmente com a literatura sobre representatividade política, a qual apoia a compreensão das barreiras sistêmicas enfrentadas para que temas de raça e gênero perpassem o cotidiano do legislativo brasileiro. Assim, encontra-se que um maior número de parlamentares mulheres ou negras não necessariamente resulta em imediato foco nos direitos destas populações. Miguel e Feitosa (2009) identificaram que deputadas mulheres se inserem na política institucional a partir de discursos focados em *soft politics*, enquanto têm pouco capital político, e, à medida que ganham apoio, voltam-se para *hard politics*. No corpus, observa-se um grande número de homenagens e datas de conscientização social propostas por parlamentares (*soft politics*), que demonstram o envolvimento da sociedade civil na luta por direitos e também as falhas do Estado em garanti-los. Tal estratégia visa encontrar um caminho para aprovação de projetos propostos por mulheres, que têm duas vezes menos índice de sucesso (Luz; Gehrson, 2022).

Similarmente, congressistas negros propõem menos iniciativas que seus colegas brancos e têm menos celeridade (Feres Júnior; Gershon; Meireles, 2021) e deputadas negras em suas propostas voltadas para mulheres negras obtém pouco sucesso (Trindade, 2022). Em 2021, de maneira inédita, cinco parlamentares autodeclarados negros ocuparam cadeiras da Câmara Municipal de Porto Alegre. A mídia classificou as cinco candidaturas negras eleitas como parte de uma mesma unidade: a Bancada Negra. A despeito de partilharem a pauta antirracista e a oposição ao governo municipal, esse grupo de parlamentares não é uniforme e representa três partidos diferentes. Se,

por um lado, a retratação midiática da Bancada Negra apaga a individualidade nas propostas legislativas, por outro, ajuda a impulsionar temas importantes. No corpus, por exemplo, há projetos voltados ao afro empreendedorismo, à proibição de símbolos nazistas, e à inclusão das histórias afro-rio-grandense e indígena-rio-grandense no currículo obrigatório escolar.

Carvalho Júnior e Alves (2019) e Carvalho Júnior e De Ângelo (2018) diferenciam a representação descritiva, relativa à presença de pessoas ou grupos, da representação substantiva, ligada ao conteúdo do que é legislado. Ao analisar os índices e registros de produção legislativa específica de gênero e raça no Brasil, os autores encontraram que a aprovação de proposições específicas estava diretamente relacionada a representantes descritivos. Isso significa que projetos de lei específicos para a população não-branca são formulados majoritariamente por legisladores não-brancos. Os estudos sustentam que a representatividade descritiva na política é uma condição indispensável na democracia, uma vez que as ideias dos políticos estão intrinsecamente conectadas às suas vivências pessoais, e a representação político-social deve abordar diversos grupos identitários e suas respectivas divergências dentro dos movimentos sociais.

Em contrapartida a essas diversas iniciativas que buscam estabelecer equidade étnico-racial, o corpus evidencia que uma parcela importante de tempo, energia e recursos é utilizada para fazer frente a direitos ameaçados. Tanto nos temas de defesa de quilombos/comunidades indígenas, em especial relacionados à garantia e à proteção de seus territórios, quanto nas manifestações de repúdio a ameaças sofridas pelos próprios membros do parlamento, as representações femininas, LGBTQIA+ e negras da Câmara evidenciam que há diversas barreiras para sua inserção política. A possibilidade de integrar o sistema democrático brasileiro não assegura condições igualitárias e/ou de paridade na participação do sistema (Alexandre, 2021; Biroli, 2018) como pode ser verificada nos relatos de violência denunciados. Segundo Biroli (2016), tais atos de violência visam deslegitimar a atuação feminina e negra na esfera política, impedindo sua atuação efetiva. As frequentes referências ao assassinato da vereadora Marielle Franco, por parlamentares afiliados a partidos de esquerda, ilustram a magnitude das violências políticas raciais e de gênero, ainda que ações concretas para a proteção desses grupos ainda sejam incipientes.

Dentre as barreiras mais frequentes para atuação política desses parlamentares, são destacadas o recrutamento deficitário destes no âmbito legislativo, a falta de financiamento de campanha (privado ou partidário), e uma herança de exclusão nas decisões políticas, com forte influência

machista (Tabares, Conceição, Marques, 2021; Storni, 2019; Nogueira, 2015). Estas se somam às barreiras ampliadas na sociedade brasileira, como os empecilhos para a educação formal (e, consequentemente, dificuldades de ascensão social) para as populações negras e indígenas, as adversidades para a inserção no trabalho formal de pessoas trans e travestis e o rígido papel social atribuído à mulher, de grande envolvimento e disposição de tempo para a vida familiar. De modo a diminuir a iniquidade política, foram criadas leis para disposição de recursos para candidaturas femininas e negras (mais recentemente, a Emenda Constitucional 111), cujos mecanismos são frequentemente driblados pelos partidos e pouco fiscalizados, atingindo, assim, resultados tímidos (Nogueira, 2015).

A respeito do financiamento e recursos para candidaturas negras, Santos e Borges (2022) afirmam ser uma política necessária e benéfica para a representação eficaz de pessoas pretas e pardas no âmbito político. Pontuam, ainda, que as classes média e alta negras usufruirão mais desses recursos comparadas às classes mais marginalizadas. No entanto, o poder aquisitivo não protegeria candidatos negros do racismo dentro e fora de seus partidos. O critério de aferição, isto é, autodeclaração de raça e etnia apresenta uma brecha para o uso indevido dos recursos eleitorais, especialmente na categoria “parda”. Diante disso, algumas organizações dentro do movimento negro sugerem a criação de comissões antifraude.

No corpus da presente análise, notou-se uma defasagem de notícias em temas importantes que necessitam estar em pauta na Câmara, com as Políticas Voltadas aos Homens sendo reduzidas ao Novembro Azul. Dimensões como a violência a que homens são expostos nos índices de homicídio, ou que cometem contra suas parceiras íntimas, ficam em segundo plano na proposição política. As temáticas LGBTQIA+ também aparecem em menor quantidade frente a outros temas, indicando desafios e dificuldades na implementação de políticas públicas para populações marginalizadas pela sociedade, com forte tendência conservadora e reprodução de preconceitos nos discursos de alguns parlamentares sobre o tema da diversidade sexual (Mello, Avelar, Maroja; 2012).

4. Considerações finais

Uma maior participação de parlamentares mulheres, negros e LGBTQIA+ tem o potencial de estimular a implementação mudanças ideológicas no campo político e efetivas na sociedade brasileira (Carvalho Júnior; Alves, 2019; Carvalho Júnior; De Angelo, 2018). Este artigo converge com essa premissa ao analisar o caso específico da Câmara Municipal de Porto

Alegre/RS, a qual, no período estudado, tinha a maior bancada já registrada de mulheres e pessoas negras no município. Foram apresentados os temas os quais registram avanços na representatividade de gênero e raça a nível legislativo municipal e as lacunas que ainda persistem. Apesar de tímidas, as políticas voltadas à inserção no mercado de trabalho dessas populações revelam preocupações interseccionais dos vereadores e das vereadoras, e agregam apoio amplo, o que pode sinalizar para um aumento gradual do capital político desses parlamentares. Pode-se extrapolar que as populações de mulheres, negros e LGBTQIA+ estão sendo mais consideradas nas políticas públicas do que no passado, ainda que enfrentem barreiras para a implementação de uma agenda interseccional e intersetorial.

O presente artigo apresenta limitações ao analisar apenas notícias institucionais no site da Câmara Municipal de Porto Alegre, algo que não comprehende todo o espectro de atuação dos parlamentares. Tais notícias servem somente como proxy das propostas legislativas em si e a construção sociopolítica de parlamentares, apresentando excertos de falas e análises a partir da visão da assessoria de comunicação que as noticiam. Os dados não refletem de forma integral a agenda de diferentes parlamentares e se as propostas legislativas são efetivas. Além disso, foram analisados apenas discursos da legislatura vigente, não havendo comparação com legislaturas anteriores. Não obstante, a cobertura das notícias institucionais é diária e envolve todas as sessões ordinárias, o que permite alguma confiança em relação à representatividade dos achados. Por fim, raça e gênero foram analisados separadamente, visto o conteúdo das notícias, e analisar sob uma ótica interseccional provou-se um desafio pois, embora os temas fossem mencionados em conjunto nos discursos em plenário, raramente haviam exemplos específicos ou propostas políticas que consideravam marcadores sociais de forma agregada. Urgem-se estudos com dados diretos, sejam com as propostas, sejam com os discursos dos parlamentares, a fim de compreender melhor como raça e gênero são pensados em propostas legislativas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALEXANDRE, Erika. **Ódio virtual**: a violência online contra mulheres parlamentares na América Latina. 2021. Trabalho acadêmico (Graduação em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

ARAÚJO, Clara. **As cotas por sexo para a competição legislativa**: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. Dados, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 155–195, 2001.

AZ MINA. (s.d.). **Elas no Congresso**. Disponível em: <<https://www.elasnocongresso.com.br/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2022.

BELIN, Lu. “Apesar de serem só 15% do Congresso Nacional, mulheres têm 34,4% das atuações desfavoráveis aos nossos direitos”. **AzMina**, Brasil, 2022. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/congresso-nacional-mulheres-atuacoes-direitos/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2022.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: Limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. “Violência política contra as mulheres”. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://blogdaboardtempo.com.br/2016/08/12/violencia-politica-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 24 de abril de 2021.

BORGES, Priscila. **A produção legislativa no âmbito da violência de gênero**: análise sobre a utilização parlamentar da demanda feminista para a promoção do endurecimento penal. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 111**, de 28 de setembro de 2021. Altera a Constituição Federal para disciplinar a realização de consultas populares concomitantes às eleições municipais, dispor sobre o instituto da fidelidade partidária, alterar a data de posse de Governadores e do Presidente da República e estabelecer regras transitórias para distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e para o funcionamento dos partidos políticos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 185, pp. 1-2, 29 set. 2021.

_____. **Lei nº 12.034**, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 185, pp. 1-5, 30 set. 2009.

_____. **Lei nº 12.891**, de 11 de dezembro de 2013. Altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para diminuir o custo das campanhas eleitorais, e revoga dispositivos das Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, e 9.504, de 30 de setembro de 1997. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 241-A, pp. 1-3, 12 dez. 2013.

_____. **Lei nº 13.165**, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 186-A, pp. 1-5, 29 set. 2015.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. “Using Thematic Analysis in Psychology”. In: **Qualitative Research in Psychology**, London, v. 3, n. 2, pp. 77–101, 2006.

CARVALHO JÚNIOR, Orlando Lyra de; ALVES, Pamela. “Representação Substantiva de Gênero e Raça no Brasil: análise de casos”. **Novos Rumos Sociológicos**, Pelotas, v. 7, n. 12, pp. 323-363, 2019.

CARVALHO JÚNIOR, Orlando Lyra de; DE ÂNGELO, Vitor Amorim. “Quem as representa? A sub-representação parlamentar de Gênero e Raça no Brasil: estudo de casos”. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 1, p. 103–122, 2018.

FERES JÚNIOR, João; GERSHON, Debora; MEIRELES, Fernando. “A Produção Legislativa de Brancos e Negros na Câmara”. **Observatório do Legislativo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://olb.org.br/a-producao-legislativa-de-brancos-e-negros-na-camara/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2022.

FRANCO, Geissa Cristina et al. “A aprovação de matérias legislativas na câmara federal a partir de uma perspectiva de gênero”. **Revista do Legislativo Paranaense**, v. 7, pp. 33-54, 2023.

HAJE, Lara. “Mulheres representam 16% dos vereadores eleitos no país”. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/708248-mulheres-representam-16-dos-vereadores-eleitos-no-pais/>>. Acesso em: 07 de setembro de 2022.

LUZ, Joyce; GEHRSON, Debora. “Mais mulheres e muitos obstáculos”. **Observatório do Legislativo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://olb.org.br/mais-mulheres-e-muitos-obstaculos/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2022.

MACEDO, Elaine. “A cota de gênero no processo eleitoral como ação afirmativa na concretização de direitos fundamentais políticos: tratamento legislativo e jurisdicional”. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, v. 41, n. 133, pp. 205-243, 2014.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende; MAROJA, Daniela. “Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil”. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, pp. 289-312, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. “O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados”. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, pp. 201-221, 2009.

NETO, Vital. “Candidatos negros recebem em média 47% menos verbas dos partidos do que brancos”. **CNN Brasil**, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/candidatos-negros-recebem-em-media-47-menos-verbas-dos-partidos-do-que-brancos/>>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

NOGUEIRA, Cristiano. “A mulher na política: um estudo sobre a participação da mulher nas eleições de 2014”. **Revista Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 1, n. 1, pp. 307-319, 2015.

PHILLIPS, Anne. “De uma política de ideias a uma política de presença”. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, pp. 268-290, 2001.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Mapa da desigualdade entre as capitais brasileiras**. 1 ed., São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/link/mapa-das-desigualdades.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

SANTOS, Yago; BORGES, Lázaro. “Ação afirmativa de destinação de cotas do fundo eleitoral e do direito de antena para candidaturas de pessoas negras”. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, Natal, v. 14, n. 1, 2022.

STELZER, Joana; KYRILLOS, Gabriela. “Inclusão da Interseccionalidade no âmbito dos Direitos Humanos”. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, pp. 237-262, 2021.

STORNI, Tiago. **Representação racial no Legislativo e comportamento eleitoral de cor e raça no Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

TABARES, Camila; CONCEIÇÃO, Bruno; MARQUES, Rodolfo. “Mulheres, raça e partidos no Brasil: análise da sub-representação das candidaturas

identitárias nas eleições 2018”. **Revista de Informação Legislativa**: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, pp. 57-77, 2021.

TAN, Netina; PREECE, Cassandra. “Ethnic Quotas, Political Representation and Equity in Asia Pacific”. **Representation**, London, v. 58, n. 3, pp. 347-371, 2021.

TRINDADE, Victória. **O impacto da representação política de mulheres negras: Um estudo de caso sobre a Câmara dos Deputados**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

Recebido em abril de 2024.

Aceito em novembro de 2024.